



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PARECER nº 7 / 2025 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente na área de Comunicação Social, abrangendo os postos de Redator, Editor, Design Gráfico, Assistente de Relações Públicas e Assistente Administrativo, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90057/2024 (documento n.º 3163787).
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura da licitação (documento n.º 3156773).
3. Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados por meio da Portaria 829/2022 (documento n.º 3163797).
4. O edital foi publicado no sistema Portal de Compras, no DOU e em jornal de grande circulação (documentos n.ºs 3163801, 3163803 e 3163805).
5. Houve apresentação de pedidos de esclarecimentos e impugnação ao edital, os quais foram devidamente respondidos e publicados (documentos n.ºs 3164903, 3169383, 3169386, 3175406, 3178318, 3174142, 3178842 e 3220203).
 - 5.1. Com base no Parecer n.º 722/2024 da ASJUR1 (documento n.º 3178242), a autoridade administrativa decidiu por julgar improcedente a impugnação, mantendo-se as condições do edital, conforme documento n.º 3178524.
6. Da leitura da documentação acostada, observa-se que foram cumpridas as etapas do procedimento previstas no edital. Verifica-se que as ocorrências do pregão foram registradas de forma detalhada pelo Pregoeiro no *chat* no Termo de Julgamento, documento n.º 3206443, fl. 86-103, e em seu relatório, documento n.º 3214740, inclusive quanto aos motivos que ensejaram a desclassificação das empresas classificadas em 1º e 2º lugar.
7. Realizada a verificação de conformidade da proposta da licitante classificada em 3º lugar, foram examinados os documentos de habilitação. Na sequência, o item do pregão foi aceito e habilitado à empresa **SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.**

8. De acordo com consulta ao SICAF e demais documentação anexada, verifica-se que a empresa vencedora não possui impedimento de licitar/contratar com a Administração Pública.

9. Aberto o prazo recursal, houve registro de intenção de recurso, pelas empresas M L ROCHA e MSKT TECNOLOGIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA, porém apenas a segunda empresa apresentou as razões recursais, conforme documento n.º 3213745. As contrarrazões foram apresentadas conforme documento n.º 3213751.

10. Mediante manifestação no documento n.º 3214628, o pregoeiro sustentou seus argumentos pela improcedência do recurso interposto.

11. No Parecer n.º 50/2025, documento n.º 3218655, a ASJUR1 opinou de igual modo pela rejeição do recurso impetrado pela empresa MSKT TECNOLOGIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

12. Assim, com lastro no referido parecer jurídico, o procedimento poderá ser submetido à apreciação do Sr. Diretor-Geral, recomendando-se o indeferimento do recurso e manutenção da decisão do Pregoeiro.

13. Observa-se que foram anexados aos autos o Relatório de Declarações das licitantes, Termo de Julgamento, Documentos de Habilitação da empresa declarada vencedora (documento n.º 3206443) e o Relatório Final do Pregão (documento n.º 3214740).

13.1 Por meio do documento n.º 3222243, foi anexada a certidão atualizada de FGTS da empresa declarada vencedora.

14. Deste modo, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto ao julgamento do recurso, adjudicação do objeto e homologação da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, adotar as providências para celebração do ajuste com a empresa vencedora, nos termos do art. 90, da Lei n.º 14.133/2021.

15. Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021.

À consideração superior.

Cintia Mont'Alverne
Técnico Judiciário

De acordo.
Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS
Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 10/02/2025, às 10:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cíntia Alencar Mont'alverne Mattos, Técnico Judiciário**, em 10/02/2025, às 11:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3220367** e o código CRC **8F355AE1**.

0012848-91.2024.6.05.8000

3220367v6



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

DECISÃO nº 3222262 / 2025 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente na área de Comunicação Social, abrangendo os postos de Redator, Editor, Design Gráfico, Assistente de Relações Públicas e Assistente Administrativo, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90057/2024 (documento n.º 3163787).

Realizada a sessão pública, de acordo com as etapas previstas no instrumento convocatório, houve interposição de recurso pela empresa MSKT TECNOLOGIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA.

Após análise da peça recursal e contrarrazões (documentos n.ºs 3213745 e 3213751), o Pregoeiro designado manifestou-se pela improcedência do recurso, conforme decisão acostada em documento n.º 3214628.

Instada a examinar a matéria, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos (ASJUR1), se pronunciou mediante Parecer n.º 50/2025 (documento n.º 3218655), conforme trecho abaixo transcrito:

"[...]"

8. Cumpre salientar, ainda, que a nova lei de licitações inovou neste ponto, exigindo, agora, o balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais (art.69, I), enquanto a lei antiga (Lei nº 8666/93) "permitia a exigência apenas do balanço patrimonial relativo ao último exercício social, já elaborado e apresentado na forma da Lei".

8.1. Para a consultoria Zênite1, a mudança pode ter tido como objetivo "fortalecer um pouco mais os exames de qualificação econômico-financeira, visando a suprimir um pouco da fragilidade evidenciada no regime anterior".

8.1.1. É dizer, o legislador preocupou-se em reforçar as exigências que tratam da higidez financeira das empresas, o que corrobora nosso entendimento de não flexibilizar neste aspecto, de não afastar, no particular, quaisquer uma das objetivas condições traçadas no edital.

9. A robustecer ainda mais o nosso entendimento, cabe ressaltar que a AGU, ao estabelecer modelos padrão de Termos de Referência, que devem ser observados pelos órgãos públicos federais, indicou, dentre as condições de qualificação

econômico financeira:

"9.28.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;"

9.1. E mais, em nota explicativa, afirmou que, em se tratando "da contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, deverá ser exigida, cumulativamente, a comprovação do Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66%, e do patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, independentemente do resultado dos índices de Liquidez e Solvência (...)" (grifos originais).

10. Ante todo o exposto, opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa MSKT TECNOLOGIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA (doc. nº 3213745), contra a decisão que a inabilitou no Pregão Eletrônico 90057/2024 (doc. nº 3163787), mantendo-se, consequentemente, a decisão que habilitou e declarou vencedora, no referido certame, a empresa SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA."

Deste modo, lastreado no parecer exarado pela ASJUR1, o qual acolho e que passa a integrar a presente decisão, com amparo no art. 143, VIII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **nego provimento** ao recurso interposto pela empresa MSKT TECNOLOGIA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA., mantendo-se, por consequência, a decisão do Pregoeiro (documento n.º 3214628).

No mais, considerando a análise de regularidade do pregão realizada pela ASSESD (documento n.º 3220367), com fundamento no art. 71, IV e 90 da Lei n.º 14.133/2021 e nas atribuições do art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **ADJUDICO** o item da licitação à empresa **SERV MAIS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.**, CNPJ 01.438.073/0001-22, pelo valor total de **R\$1.708.624,00** (um milhão, setecentos e oito mil seiscentos e vinte e quatro reais), e **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico n.º 57/2024, determinando a convocação da empresa adjudicatária para assinatura do contrato, de acordo com o Termo de Julgamento acostado no documento n.º 3206443, fl. 86-103.

Assim posto, encaminhe-se, simultaneamente:

- ao NUP, para conhecimento e providências.
- à SOF, para emissão de empenho.
- à SGA, para conhecimento e formalização do ajuste.

RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 10/02/2025, às 13:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3222262** e o código CRC **E3E78FA6**.

0012848-91.2024.6.05.8000

3222262v6